

Secretário Rizek participa de reunião plenária do Comin e DMA

O licenciamento ambiental da mineração e a proposta de decreto estadual sobre o Sistema de Informações e de Gestão de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas foram alguns dos temas tratados na reunião.

O secretário adjunto de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Rubens Rizek, participou, no dia 20 de fevereiro, da 1ª reunião plenária do Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração da Fiesp (Comin). Na reunião, coordenada pelo diretor do DMA e coordenador do Comin, Eduardo R. Machado Luz, os membros representantes e convidados do Comitê trataram com o secretário de encaminhamentos sobre os seguintes assuntos: a Decisão de Diretoria 025/2014/C/I, da Cetesb, sobre licenciamento ambiental da mineração; a proposta de decreto estadual sobre Sistema de Informações e de Gestão de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas (Sigap); e a necessidade de uma normativa para dirimir o conflito de áreas de Portaria de Lavra emitidas pelo DNPM e as áreas objeto de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo. Na reunião, também foram avaliados outros assuntos, tais como a situação do Novo Marco Regulatório da Mineração, objeto de relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, e a criação de novas unidades de conservação no oeste paulista. Haverá nova reunião do Comin e DMA com o secretário adjunto da SMA-SP, ainda na primeira quinzena de março, para dar continuidade aos assuntos discutidos.



Rizek destacou que mineração é setor estratégico e precisa de dupla atenção do governo. Foto: Everton Amaro/Fiesp

Evento analisa o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima

O contexto político e institucional do processo de elaboração e execução do Plano de Adaptação à Mudança do Clima foi discutido em Brasília (DF), nos dias 6 e 7 de fevereiro, em evento realizado em conjunto pelos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação. No evento, acompanhado pelo DMA, foi apresentado relatório elaborado pela Fundação Getúlio Vargas com projeções econômicas, impactos, vulnerabilidades e medidas de adaptação.

Prêmio de Responsabilidade Socioambiental

O DMA participou, no dia 6 de fevereiro, da primeira reunião da Comissão Julgadora do Prêmio de Responsabilidade Socioambiental da Câmara Municipal de São Paulo. A premiação tem por objetivo homenagear pessoas físicas ou jurídicas que se destacam na execução de projetos e ações.

Indústria define temas e projetos de lei considerados prioritários em 2014

O DMA participou do Seminário Rede Indústria 2014, realizado nos dias 4 e 5 de fevereiro, em Brasília (DF). No evento, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi analisada a agenda legislativa para a indústria brasileira e definidos os projetos de lei e temas em discussão no Congresso Nacional considerados prioritários para o setor e que serão acompanhados durante o ano. Na área ambiental, figuram projetos de lei que abrangem temas relativos à água, gestão de resíduos sólidos (isenção fiscal na logística reversa), licenciamento ambiental, mudança do clima e pagamento por serviços ambientais, entre outros. O Projeto de Lei nº 03729/2004, de autoria do deputado Luciano Zica, que trata das diretrizes para o licenciamento ambiental, foi classificado como prioridade de máxima importância para a indústria e entrou para a pauta mínima da agenda legislativa do setor.

Notas informativas

Senadores cobram apoio federal para fim dos lixões

A maioria dos 5.563 municípios brasileiros corre o risco de chegar ao fim do prazo para eliminação dos lixões, no dia 2 agosto deste ano, sem conseguir cumprir a meta fixada pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) indica que pouco mais de 9% dos municípios cumpriram a primeira etapa do processo: a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, cujo prazo terminou em 2 de agosto de 2012. Esse plano é pré-requisito para a eliminação dos lixões e precede uma série de providências, como a implantação de coleta seletiva, compostagem e educação ambiental. A reduzida adesão à primeira etapa é um prenúncio de que o prazo final dificilmente será cumprido pela maioria dos municípios, conforme avaliação de senadores ouvidos pela Agência Senado. Relator do projeto que deu origem à lei, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) anunciou a apresentação de um plano de trabalho da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos para apoiar a implantação da lei em todos os municípios brasileiros.

Fonte: <http://www.jb.com.br>, consultado em 5 de fevereiro de 2013.

Abiplast apresenta proposta para ampliar regulação e valorizar reciclagem plástica

A Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) lançou, em 20 de janeiro, o Selo Nacional de Plásticos Reciclados (Senaplas). A proposta visa identificar, valorizar e certificar as empresas do segmento de reciclados plásticos que atuam de acordo com os critérios socioambientais e econômicos exigidos pela Lei. A indústria de reciclagem plástica reúne 815 empresas, que faturam R\$ 2,394 milhões por ano. São 22.705 empregados em um setor que para cada emprego direto gera outros 30 indiretos. São elegíveis ao Senaplas as produtoras de matéria-prima reciclada que comercializam resinas recuperadas e produtos transformados pelos recicladores. As empresas precisam estar legalmente constituídas (CNPJ e contrato social) e com toda a documentação e licenças em ordem. O processo de verificação será realizado pelos sindicatos estaduais e a certificação será oferecida pela Abiplast, com vigência de 24 meses.

Fonte: <http://www.abiplast.org.br>, consultado em 5 de fevereiro de 2013.

MMA oferece curso sobre plano de gestão integrada de resíduos sólidos

A segunda edição do Curso para Elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PSGIRS) será ministrada entre os dias 6 de março e 9 de abril, com 20 horas/aula e acompanhamento de tutores do Ministério do Meio Ambiente. As inscrições para o curso foram abertas no dia 5 de fevereiro, com prazo previsto para encerramento no dia 26 de fevereiro ou até que seja atingido o número de mil inscrições. O público-alvo são técnicos municipais e demais profissionais interessados em desenvolver soluções para o desenvolvimento do Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes. As inscrições podem ser feitas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), endereço: <http://ava.mma.gov.br>.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>, consultado em 5 de fevereiro de 2013.

Indústria farmacêutica tem mais 60 dias para adaptar-se às novas regras

O Comitê Orientador para Implantação dos Sistemas de Logística Reversa (CORI) aprovou, em 30 de janeiro, o pedido de prorrogação do prazo de encerramento do edital, aberto desde outubro de 2013, para o recebimento de propostas de acordo setorial para implantação do sistema de logística reversa de resíduos de medicamentos. O edital, discutido e elaborado com a participação da indústria e dos ministérios membros do CORI (Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Agricultura e Abastecimento e Fazenda) se encerraria em 6 de fevereiro. O prazo foi estendido em mais 60 dias. O pedido de prorrogação foi formulado pelo setor produtivo.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>, consultado em 5 de fevereiro de 2013.

Sistema de Gerenciamento On-line de Resíduos (Sigor) – Estado de São Paulo

Foram realizados nos dias 14, 21, 23 e 28 de janeiro, no escritório regional do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) em Santos, os treinamentos do Projeto-Piloto do Sistema de Gerenciamento On-line de Resíduos (Sigor) para o setor da construção civil do município de Santos. O sistema tem como objetivo monitorar o resíduo gerado em uma construção ou em demolições até o seu destino final. O Sigor está disponível para testes somente para o pessoal do treinamento e para ajustes e simulações no sistema com todos os participantes do município de Santos.

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>, consultado em 5 de fevereiro de 2013.

Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

O Informe Ambiental da Fiesp fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão no Estado de São Paulo e no País de interesse do setor industrial, basta enviar uma mensagem para o endereço cdma@fiesp.com com o título "Cadastro do Informe Ambiental".



Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp - Cosema

Setor privado está com mais autonomia em ações de sustentabilidade, afirma presidente do CEBDS

Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, participou da primeira reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp em 2014.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro, o setor privado apresentou resultados e fez o conceito de ecoeficiência evoluir. A afirmação é da presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi, ao participar da reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Marina disse que, com a realização da Rio+20, duas décadas depois da primeira conferência internacional sobre o clima no Rio de Janeiro, o empresário ficou mais à vontade para conduzir ações de sustentabilidade, sem ser pautado necessariamente pelo governo. “Há a característica de que o setor empresarial não está mais só debaixo do guarda-chuva do governo ou do guarda-chuva da sociedade, mas ele está muito mais à vontade porque apresentou resultados desde a Eco-92 até a Rio+20”, afirmou Marina. Segunda ela, o empresário tem a autonomia de não ficar refém de uma agenda governamental apenas. Marina observa, no entanto, que ainda há muito o que fazer no que diz respeito à produção com responsabilidade sustentável. “O setor privado foi um agente que fez as coisas andarem e a bandeira da ecoeficiência foi a primeira delas”, ressaltou. A presidente do CEBDS apresentou as frentes de atuação da organização para os membros do Cosema. Para ela, o foco do conselho é trabalhar com empresas de grande porte. “Somos grandes interlocutores e



Marina destacou que o setor privado foi um agente que fez as coisas andarem em ecoeficiência.
Foto: Tâmnna Waqued/Fiesp

promovemos várias consultorias com nossos estudos”, afirmou. O CEBDS trabalha com sete eixos centrais: água, biodiversidade e biotecnologia, energia e mudanças do clima, comunicação e educação, finanças sustentáveis, mobilidade sustentável e materiais. Marina acrescentou que o órgão está preparando um manual de compras sustentáveis para o setor privado.

Inscrições para o Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental vão até 22 de março



Membros do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp discutem critérios para a premiação em 2014

Em reunião conduzida por Walter Lazzarini, presidente do Cosema, os membros do conselho discutiram a edição 2014 do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, que marca os 20 anos de instituição da premiação. A iniciativa reconhece, desde 1995, as indústrias com maior destaque na implementação de projetos ambientais. Os projetos para concorrer ao Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental devem ser pré-inscritos pela internet até o dia 22 de março, no site da Fiesp. Há duas categorias de premiação: uma para micros e pequenas empresas e outras para médias e grandes empresas. As empresas classificadas em primeiro lugar receberão, além do troféu da premiação, o selo de Mérito Ambiental Fiesp. O regulamento contendo os critérios de participação está disponível em www.fiesp.com.br

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

Fóruns Ambientais

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - ESTADUAIS

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Comissão Temática Processante e de Normatização

Os membros da Comissão retomaram as discussões sobre a minuta de Deliberação Normativa do Consema que disporá sobre o Licenciamento Municipal no Estado de São Paulo. O DMA acompanhou a reunião, que ocorreu no dia 17 de fevereiro.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Grupo de Trabalho de Enquadramento

O estabelecimento de diretrizes para a elaboração de propostas de enquadramento de corpos de água no âmbito do Estado de São Paulo foi discutido em reunião realizada no dia 3 de fevereiro em São Paulo (SP). O DMA esteve presente à reunião, a segunda realizada pelo GT.

Câmara Técnica de Cobrança (CT-COB)

As revisões dos estudos de fundamentação para cobrança no Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP) e no

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) foram analisadas em reunião realizada no dia 4 de fevereiro, no Centro Tecnológico de Hidráulica, na Cidade Universitária, em São Paulo (SP). O DMA participou do encontro.

Áreas sob Proteção Especial

Rio do Peixe

O DMA participou, no dia 13 de fevereiro, de reunião para apresentação da Área sob Proteção Especial (ASPE) do Rio do Peixe e coleta de subsídios e sugestões para o desenvolvimento do estudo. A reunião foi realizada no Anfiteatro Municipal João Brilhante, em Presidente Epitácio (SP).

Pontal do Paranapanema

A apresentação da Área sob Proteção Especial (ASPE) do Pontal do Paranapanema foi realizada no dia 14 de fevereiro, em Teodoro Sampaio (SP). Na reunião, que contou com a participação do DMA, foram coletados subsídios e sugestões para o desenvolvimento do estudo.

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - FEDERAL

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CT-PNRH)

A proposta de enquadramento para a Bacia do Rio Paranaíba, bem como a situação dos planos de recursos hídricos da Bacia do Rio Alto Paraguai, da margem direita do rio Amazonas e do rio Araguaia-Tocantins foi discutida pelos membros da Câmara em reunião realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro, em Brasília (DF).

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

O estabelecimento de mecanismos de consulta e de priorização da aplicação dos recursos oriundos do setor hidroelétrico, bem como os critérios para o estabelecimento de mecanismos, valores e procedimentos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos, foram os temas da reunião realizada nos dias 19 e 20 de fevereiro, em Brasília (DF). No encontro, ao qual o DMA esteve presente, também foi discutida a revisão da Resolução CNRH 48/2005.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – FEDERAIS

Rio Grande (CBH-Grande)

Grupo Técnico para Elaboração do Plano de Bacia

O Termo de Referência para elaboração do Plano de Bacia do CBH Grande foi discutido em reunião realizada no dia 25 de fevereiro, em São José do Rio Preto (SP). O DMA acompanhou as discussões ocorridas na reunião.

Câmara Técnica de Integração

No dia 26 de fevereiro, em nova reunião, também realizada em São José do Rio Preto (SP), foi analisado o regimento interno da Câmara Técnica de Integração e a contratação de Agência Delegatária. O DMA também participou dessa reunião.

Fóruns Ambientais**Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ)****Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)**

O DMA esteve presente em reunião, realizada no dia 26 de janeiro, no Museu da Água, em Piracicaba (SP), para avaliação do andamento do programa de gestão municipal para recursos hídricos e analisado os relatórios R-4 e R-5 do Plano de Bacias. Na ocasião, também foram iniciados os estudos dos usos múltiplos do empreendimento de Santa Maria da Serra e avaliados os impactos da construção dos barramentos.

Câmara Técnica da Indústria (CT-Ind)

O processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira foi discutido e atualizado em reunião realizada no dia 19 de fevereiro, em Jundiaí (SP). Na reunião, que contou com a participação do DMA, foi apresentado o documento final para elaboração do Estudo de Viabilidade de Implantação (EVI) e atualizado o processo de audiência e inquéritos sobre a Barragem de Santa Maria da Serra, entre outros assuntos.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - ESTADUAIS

Tietê Batalha (CBH-TB)**Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)**

O DMA esteve presente à reunião realizada no dia 20 de fevereiro, em Novo Horizonte (SP), para análise dos projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Alto Tietê (CBH-AT)

Em 5 de fevereiro, o DMA participou da reunião plenária extraordinária, realizada em São Paulo (SP), para discussão das deliberações referentes à segunda manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira e os critérios de hierarquização de empreendimentos para indicação ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Mogi Guaçu (CBH-Mogi)**Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-PG)**

O DMA participou de reunião realizada no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAEE), em Jaboticabal (SP), para aprovar ou reprovar, pontuar, classificar e indicar nominalmente os pedidos de enquadramento de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o primeiro pleito do exercício de 2014. A reunião ocorreu nos dias 6 e 7 de fevereiro.

Paraíba do Sul (CEIVAP)**Câmara Técnica Consultiva (CTC)**

O DMA participou de reunião do Comitê que discutiu o atendimento à demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a reavaliação dos mecanismos e valores da cobrança da transposição para o Rio Guandu. A reunião foi realizada no dia 4 de fevereiro, em Resende (RJ).

São José dos Dourados (CBH-SJD)**Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)**

Em 10 de fevereiro, o DMA esteve presente à reunião realizada pelo Comitê em Jales (SP) para análise dos projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Paraíba do Sul (CBH-PS)**Câmara Técnica de Planejamento**

O estudo de impacto ambiental do projeto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAEE) de Guarulhos para a transposição de 0,121 m³/s da bacia do rio Jaguari para a bacia do Alto Tietê foi analisado em reunião ocorrida no dia 11 de fevereiro. O DMA participou da reunião, realizada em Taubaté (SP).

Tietê Batalha (CBH-TB)**Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)**

O DMA esteve presente à reunião realizada no dia 20 de fevereiro, em Novo Horizonte (SP), para análise dos projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Turvo e Grande (CBH-TG)**Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)**

As propostas das secretarias executivas dos comitês de bacias hidrográficas (CBHs) para substituição da minuta de deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança dos usuários urbanos e industriais no Estado de São Paulo foram analisadas pela CT-Cob. O DMA participou da reunião, realizada no dia 17 de fevereiro, em São José do Rio Preto (SP).

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental – Diplomas Legais Recentes

Federal

Portaria MMA nº 41, de 4 de fevereiro de 2014 -

Institui o Grupo de Trabalho Técnico sobre a Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), com o propósito de elaborar e revisar insumos para submissões brasileiras sobre mudança do clima e florestas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Portaria MCidades nº 18, de 21 de janeiro de 2014 -

Regulamenta os requisitos e os procedimentos para aprovação e acompanhamento de projetos de investimento considerados prioritários na área de infraestrutura para o setor de saneamento básico, para efeito do disposto no Decreto nº 7.603, de 9/11/2011, e no Art. 2º da Lei nº 12.431, de 24/6/2011.

Portaria Normativa Ibama nº 35, de 26 de dezembro de 2013 -

Estabelece que, a partir de 1/1/2014, todos os termos próprios de fiscalização ambiental deverão ser lavrados por meio do Sistema de Auto de Infração Eletrônico (AI-e).

Projetos de lei (PL)

PL nº 7094/2014 – Altera a Lei nº 12.651, de 25/5/2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.

PL nº 7070/2014 – Dispõe sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos provenientes de corpos de água de domínio da União, e dá outras providências.

PL nº 7064/2014 – Dispõe sobre o recolhimento de medicamentos vencidos e a devolução de medicamentos excedentes ainda em validade, e dá outras providências.

Estadual (SP)

Lei nº 15.313, de 15 de janeiro de 2014 -

Dispõe sobre a proibição do uso, armazenamento e reparo de instrumentos de medição esfigmomanômetros e termômetros contendo mercúrio, e dá outras providências.

Decreto nº 60.107, de 29 de janeiro de 2014 -

Dá nova redação e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 59.261, de 5/6/2013, que institui o Sistema de Cadastro Ambiental do Estado de São Paulo (Sicar-SP), e dá providências correlatas.

Portaria FF nº 7, de 20 de janeiro de 2013 -

Dispõe sobre a criação do Conselho Gestor da APA do Banhado.

Resolução SMA nº 8, de 29 de janeiro de 2014 -

Revoga as Resoluções SMA nº 51, de 12/12/2006, e SMA nº 130, de 30/12/2010, e determina a edição de norma própria da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para disciplinar o licenciamento ambiental das atividades minerárias no Estado de São Paulo.

Decisão Cetesb nº. 25/2014/C/I, de 29 de janeiro de 2014 -

Dispõe sobre a disciplina para o licenciamento ambiental das atividades minerárias no território do Estado de São Paulo.

Decisão Cetesb nº 7-C, de 14 de janeiro de 2014 -

Dispõe sobre a aprovação das exigências técnicas mínimas para o controle ambiental das diferentes instalações compreendidas nas estruturas de apoio náutico, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Casos de sucesso

Empresa: Camargo Corrêa Construções e Comércio

Em seus 72 anos, a Construtora Camargo Corrêa incorpora ícones da engenharia do País, da ponte Rio-Niterói às hidrelétricas de Itaipu, Ilha Solteira e Tucuruí; das rodovias Castelo Branco e Imigrantes à Ferrovia do Aço; do Estaleiro Atlântico Sul ao metrô de São Paulo. Hoje, atua em sete países da América do Sul e da África, imprimindo sua marca de qualidade em projetos decisivos para o progresso socioeconômico.

Descrição das Medidas Adotadas

A Bolsa de Resíduos é um projeto para a ampliação da destinação de resíduos à reciclagem/coprocessamento e para ampliação da comercialização dos resíduos nas obras da construtora.

**Resultados Ambientais e Econômicos**

A Camargo Corrêa bateu o recorde de reciclagem de resíduos em 2012, destinando 57% dos resíduos para fins de reciclagem. No mesmo ano, a receita com a venda de sucata metálica com a bolsa foi de R\$ 1.703.043,47. A economia total com a comercialização de resíduos foi de R\$ 2.551.985,07.

Eventos Gratuitos

Água: saúde, enchentes e escassez serão discutidas em seminário na Fiesp



No dia 18 de março, a Fiesp promoverá seminário para analisar importantes questões relacionadas à água, como saúde, enchentes e escassez. No evento, que será aberto por Paulo Skaf, presidente da Fiesp e do Ciesp, e por Pedro Luiz Passos, presidente da SOS Mata Atlântica, será assinado protocolo de cooperação entre as duas instituições com o objetivo de promover o reflorestamento de áreas no Estado de São Paulo. Estão programados

dois painéis, com a participação de jornalistas e especialistas na área ambiental, para a discussão de temas relacionados à água, e o lançamento de um concurso para universitários.

As inscrições para o seminário podem ser feitas no site da Fiesp, no endereço:

<https://apps.fiesp.com.br/sce/InscricaoEventos/index.asp?codigo=1829>

Prêmio de Conservação e Reúso de Água será entregue em 18 de março

A Fiesp fará a entrega do Prêmio de Conservação e Reúso de Água no dia 18 de março, a partir das 17 horas. Criado em 2006, o Prêmio é um reconhecimento das iniciativas e contribuições do setor industrial para a redução do consumo e do desperdício de água que geram benefícios ambientais, econômicos e sociais, possibilitando ainda ganhos de competitividade. Há duas categorias de premiação: micro e pequena empresa e média e grande empresa. Além da entrega de troféus para as empresas melhor classificadas e para as equipes responsáveis pelo projeto vencedor, a Fiesp fornece um selo com o registro do prêmio que pode ser utilizado nos materiais institucionais das empresas. O caso vencedor passa a compor, como indicador ambiental, o acervo do Estado de São Paulo. Outros quatro finalistas, dois por categoria, receberão menção honrosa. As inscrições para o seminário podem ser feitas no site da Fiesp, no endereço:

<https://apps.fiesp.com.br/sce/InscricaoEventos/index.asp?codigo=1834>



Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental destaca iniciativas da indústria

Homenagear as empresas industriais, extrativas, manufatureiras ou agroindustriais que desenvolvam projetos ambientais de destaque no Estado de São Paulo. Esse é o objetivo da 20ª edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, cujas inscrições já estão abertas e seguem até o dia 22 de março.

Criado em 1995, o prêmio procura mostrar à sociedade a preocupação e o empenho da indústria paulista quanto à melhoria da qualidade ambiental. Há duas categorias de premiação: "Indústria de Micro e Pequeno Porte" e "Indústria de Médio e Grande Porte".

As inscrições são gratuitas e cada empresa pode concorrer com até dois projetos, que deverão ser apresentados nas versões impressa e eletrônica. Os projetos devem ser enviados ao Departamento de Meio Ambiente da Fiesp.

Regulamento disponível em: <http://www.fiesp.com.br/agenda/20o-premio-fiesp-de-merito-ambiental-2014/>

Evento analisa a variável ambiental como fator de competitividade

A variável ambiental como fator de competitividade das empresas no mercado internacional é o tema do seminário que será promovido pela Fiesp, na manhã do dia 11 de março. O tema será apresentado por Terence Trennepohl, doutor em direito ambiental, com pós-graduação na Harvard University.

As inscrições, gratuitas, podem ser efetuadas no site da Fiesp, no endereço

<https://apps.fiesp.com.br/sce/InscricaoEventos/index.asp?codigo=1831>

Bolsa de resíduos reúne ofertas de compra e venda

Criada e mantida pela Fiesp, a Bolsa de Resíduos é um serviço voltado para empresas que geram ou compram resíduos industriais. Ferramenta on-line, a Bolsa de Resíduos possibilita a empresas registrar, de forma gratuita, demandas e ofertas, incluindo os preços de interesse. As negociações são feitas diretamente entre as empresas, sem nenhuma participação da Fiesp. Para acessar o serviço, é necessário dispor de registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

Mais informações em <http://apps.fiesp.com.br/bolsaresiduos>

Acompanhe as ofertas de compra e venda de resíduos industriais e faça um bom negócio, reduzindo custos e colaborando com o meio ambiente.

TIPO	NOME	QTDE	PREÇO	DATA
Metal/metalúrgico				
Procura	Borra de brunimento	1 Ton./mês	Doação	16/02
Plástico				
Oferta	Resíduo de potes embalagens em polipropileno	4 Ton./mês	US\$ 3 Kg/30 dias	22/01
Procura	Plásticos classe II B	10 Ton./mês	US\$ 0,15 gramas	26/12/13

Expediente

O **Informe Ambiental** é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 cdma@fiesp.com www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C
Autorizada a reprodução,
agradecendo-se a citação da fonte.

